



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Colégio de Procuradores de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 105/2015-CPJ

Revogada pela Resolução nº 211/2021-CPJ

1ª alteração — Resolução nº 116/2015 — CPJ
2ª alteração — Resolução nº 119/2016 — CPJ
3ª alteração — Resolução nº 123/2016 — CPJ
4ª alteração — Resolução nº 128/2017 — CPJ
5ª alteração — Resolução nº 134/2017 — CPJ
6ª alteração — Resolução nº 139/2017 — CPJ
7ª alteração — Resolução nº 152/2018 — CPJ
8ª alteração — Resolução nº 155/2018 — CPJ
9ª alteração — Resolução nº 157/2018 — CPJ
10ª alteração — Resolução nº 163/2019 — CPJ
11ª alteração — Resolução nº 165/2019 — CPJ
12ª alteração — Resolução nº 166/2019 — CPJ
13ª alteração — Resolução nº 170/2019 — CPJ
14ª alteração — Resolução nº 199/2020 — CPJ
15ª alteração — Resolução nº 201/2020 — CPJ
16ª alteração — Resolução nº 204/2020 — CPJ
17ª alteração — Resolução nº 205/2020 — CPJ

~~O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO,~~ no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 18 da Lei Complementar Estadual nº 416/2010,

~~CONSIDERANDO~~ a instalação de Promotorias de Justiça nas comarcas de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Barra do Garças, Primavera do Leste, Lucas do Rio Verde, Alta Floresta e Porto Alegre do Norte;

~~CONSIDERANDO~~ o que consta no procedimento autuado sob o Gedoc nº 000007-024/2014 e seus apensos,

~~RESOLVE:~~

~~Art. 1º.~~ Definir as atribuições das Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~Art. 1º-A Comarca de Guarantã do Norte:~~ ~~(Incluído pela Resolução nº 205/2020-CPJ)~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Guarantã do Norte.~~ ~~(Incluído pela Resolução nº 205/2020-CPJ)~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos às áreas cível e criminal.~~ ~~(Incluído pela Resolução nº 205/2020-CPJ)~~

~~Art. 1º-B Comarca de Poconé:~~ ~~(Incluído pela Resolução nº 205/2020-CPJ)~~

~~I) Composta pelas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Poconé. I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos às áreas cível e criminal.~~ ~~(Incluído pela Resolução nº 205/2020-CPJ)~~

~~I.II) À 2ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos às áreas cível e criminal.~~ ~~(Incluído pela Resolução nº 205/2020-CPJ)~~

~~Art. 1º-C Comarca de Sapezal:~~ ~~(Incluído pela Resolução nº 205/2020-CPJ)~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Sapezal.~~ ~~(Incluído pela Resolução nº 205/2020-CPJ)~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos às áreas cível e criminal.~~ ~~(Incluído pela Resolução nº 205/2020-CPJ)~~

~~Art. 2º. Comarca de Alta Floresta: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 165/2019-CPJ~~

ÁREA CÍVEL

~~I) Composta pelas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

Alta Floresta.

~~I.I) A 1ª Promotoria de Justiça possui atribuições judiciais e extrajudiciais na defesa dos direitos metaindividuais (exceto patrimônio público e criança e adolescente) e individuais relacionados com a defesa dos direitos da pessoa idosa e das pessoas com deficiência.~~

~~I.I) A 1ª Promotoria de Justiça possui atribuições:~~

~~a) judiciais e extrajudiciais na defesa dos direitos metaindividuais (exceto patrimônio público e criança e adolescente);~~

~~b) judiciais e extrajudiciais na defesa dos direitos individuais da pessoa idosa e das pessoas com deficiência; e~~

~~c) atuar em substituição ou cumulação na Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíta. (Alterado pela Resolução 155/2018-CPJ)~~

~~I.I) – A 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos, como autor ou custos legis, e nos procedimentos extrajudiciais atinentes: (Alterado pela Resolução 157/2018-CPJ)~~

~~a) à defesa dos direitos metaindividuais (exceto patrimônio público e criança e adolescente) e individuais relacionados com a defesa dos direitos da pessoa idosa e das pessoas com deficiência.~~

~~b) à defesa do ambiente em todo o território de abrangência da Bacia Hidrográfica do Baixo Teles Pires, cuja sede ordinária situa-se em Alta Floresta, compreendendo também as comarcas de Colíder, Guarantã do Norte, Itaúba, Nova Canaã do Norte, Paranaíta, Tabaporã e Terra Nova do Norte;~~

~~§1º. Em caso de danos ambientais cujos efeitos não ultrapassem os limites de uma das Comarcas integrantes da Bacia Hidrográfica a atuação dependerá sempre, de prévia anuência do titular da Promotoria de Justiça Ambiental local.~~

~~§2º. Na hipótese de danos ambientais de repercussão regional, assim considerados aqueles cujos impactos, diretos ou indiretos, afetem~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~no todo ou em parte, o território de duas ou mais comarcas, a atuação será privativa, podendo, contudo, ser auxiliada pelas Promotorias de Justiça Ambientais que integram a Bacia Hidrográfica.~~

~~§3º Caberá, ainda, à Promotoria de Justiça com atribuições referentes à Bacia Hidrográfica do Baixo Teles Pires:~~

~~A) instaurar e presidir inquéritos civis e procedimentos preparatórios, de ofício ou a requerimento de interessados, ou, ainda, por determinação do Procurador Geral de Justiça;~~

~~B) promover diligências em toda a área de sua atribuição, podendo adotar medidas administrativas e firmar termos de compromisso de ajustamento de conduta bem como ajuizar ações cautelares preparatórias ou incidentais e ações de prevenção e reparação de danos ambientais, perante o juízo competente, acompanhando-as até o julgamento definitivo e interpondo os recursos cabíveis;~~

~~C) officiar como "custos legis" nas ações em defesa do meio ambiente relacionadas às suas atribuições;~~

~~D) expedir recomendações aos órgãos e às entidades públicas e privadas, visando à prevenção de condutas lesivas ao meio ambiente e à melhoria das atividades ligadas à sua área de atuação;~~

~~E) instaurar Procedimentos Investigatórios Criminais, requisitar a instauração de Inquéritos Policiais e propor Ações Penais;~~

~~F) estimular a participação da sociedade no processo de preservação e recuperação dos recursos ambientais;~~

~~G) identificar no âmbito da bacia hidrográfica as prioridades na tutela do ambiente e buscar a integração entre as Promotorias de Justiça locais, órgãos públicos e entidades não governamentais visando implementar iniciativas conjuntas e coordenadas para melhor resolução dos problemas;~~

~~H) apresentar à Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística relatórios anuais das atividades desenvolvidas.~~

~~I) desenvolver outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de coordenação.~~

~~§4º. Excepcionalmente, para aumentar a resolutividade~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~da atuação na defesa ambiental, as atribuições expressas no item I.II, "e", e nos §§1º a 3º, poderão ser, transferidas para qualquer outra Promotoria integrante da Bacia Hidrográfica, mediante Portaria de designação do Procurador Geral de Justiça, a partir de indicação, fundada em parecer técnico, da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental, ouvida a Corregedoria Geral do Ministério Público.~~

~~§5º. No caso de transferência de atribuições, nos termos do §4º, todos os feitos em andamento serão redistribuídos à Promotoria que, extraordinariamente, será sede de defesa ambiental da bacia hidrográfica, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça;~~

~~§6º. Cessada a designação de que tratam os §§ 4º e 5º, os feitos retornam às atribuições da Promotoria sede ordinária, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça.~~

~~I.II) A 2ª Promotoria de Justiça possui atribuições judiciais e extrajudiciais na Defesa da Criança e do Adolescente e nos feitos afetos às atribuições ministeriais em trâmite perante as 1ª, 2ª, 3ª, 4ª (Juizado Especial Cível) e 6ª Varas Cíveis, bem como na Diretoria do Fórum, excluídas as ações de atribuição da 1ª Promotoria de Justiça Cível e da 2ª Promotoria de Justiça Criminal.~~

ÁREA CRIMINAL

~~I) Composta pelas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Alta Floresta.~~

~~I.I) A 1ª Promotoria de Justiça possui atribuições para atuar nos feitos judiciais em trâmite na 5ª Vara Criminal, exceto os que apurem crimes dolosos contra a vida e os de execução penal, bem como atuar na fiscalização dos estabelecimentos prisionais.~~

~~I.I) A 1ª Promotoria de Justiça possui atribuições para atuar nos feitos judiciais em trâmite na 5ª Vara Criminal. (Alterado pela Resolução 134/2017-CPJ)~~

~~I.II) A 2ª Promotoria de Justiça possui atribuições para atuar nos feitos judiciais em trâmite na 5ª Vara Criminal que apurem crimes~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~dolosos contra a vida e nos de execução penal, bem como atuar nos feitos em trâmite no Juizado Especial Criminal (4ª Vara) e com atribuições judiciais e extrajudiciais na defesa dos direitos metaindividuais relacionados à defesa do patrimônio público.~~

~~I.II) A 2ª Promotoria de Justiça possui atribuições para atuar nos feitos judiciais em trâmite na 5ª Vara Criminal que apurem crimes dolosos contra a vida, na execução penal e na fiscalização dos estabelecimentos prisionais, bem como atuar nos feitos em trâmite no Juizado Especial Criminal (4ª Vara) e com atribuições judiciais e extrajudiciais na defesa dos direitos metaindividuais relacionados à defesa do patrimônio público". (Alterado pela Resolução 134/2017-CPJ)~~

~~**Art. 3º.** Comarca de Alto Araguaia:~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ~~

~~**ÁREA CÍVEL**~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Alto Araguaia~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível.~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ~~

~~I.II) À Promotoria de Justiça Especializada da Bacia Hidrográfica do Alto Araguaia, com sede em Alto Araguaia, que compreende as comarcas de Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Guiratinga, Novo São Joaquim e Barra do Garças, compete, concorrentemente com as Promotorias de Justiça ambientais integrantes de cada região, adotar medidas legais, judiciais e extrajudiciais, visando à efetiva tutela ambiental no âmbito de abrangência das respectivas bacias hidrográficas, além de:~~ ~~(Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ)~~
~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ~~

~~a) atuar de maneira concorrente com a Promotoria competente ou disjuntiva nos casos de impactos ambientais de repercussão regional, assim definidos como qualquer impacto que afete diretamente, no todo ou em parte, o território de duas ou mais comarcas ou Unidade de Conservação de domínio do Estado;~~ ~~(Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ)~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ~~

~~b) instaurar e presidir inquéritos inquéritos civis e procedimentos preparatórios, de ofício ou a requerimento de interessados, ou, ainda,~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~por determinação do Procurador Geral de Justiça, nas causas afetas às suas atribuições; (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ-~~

~~c) promover diligências em toda a área de sua atribuição, podendo adotar medidas administrativas e firmar termos de compromisso de ajustamento de conduta com os autores de infrações ambientais, ajuizar medidas ou ações cautelares preparatórias ou incidentais e ações de reparação ou indenização de danos ambientais nas causas afetas às suas atribuições, perante o Juízo que tenham competência para processar e julgar o feito, acompanhando-as até o julgamento e interpondo os recursos cabíveis em segunda instância; (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ-~~

~~d) requisitar e acompanhar procedimentos administrativos e policiais visando à apuração de crimes ambientais ligados às matérias afetas às suas atribuições, inclusive perante os Juizados Especiais; (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ-~~

~~e) oficial como fiscal da execução da lei nas medidas judiciais em defesa do meio ambiente nas causas afetas às suas atribuições, sempre que tais ações não tenham sido propostas pelo Ministério Público Estadual; (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ-~~

~~f) expedir recomendações a órgãos e a entidades públicas e privadas, com vista à prevenção de condutas lesivas ao meio ambiente e à melhoria das atividades ligadas à sua área de atuação; (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ-~~

~~g) promover a integração da sociedade local no processo de preservação e recuperação dos recursos ambientais; (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ-~~

~~h) identificar as prioridades específicas na respectiva bacia hidrográfica para atuação integrada e intercâmbio com os órgãos públicos e entidades não governamentais; (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ-~~

~~i) fomentar a integração dos órgãos públicos e entidades não governamentais com atuação na área ambiental, estimulando-os a participarem dos trabalhos realizados pelo Ministério Público; (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ-~~

~~j) promover a efetiva mobilização dos órgãos de execução que atuam na respectiva bacia hidrográfica, objetivando uma atuação conjunta, uniforme e coordenada; (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~Nº 201/2020-CPJ~~

~~k) apresentar à Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística relatórios anuais das atividades desenvolvidas; e (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ~~

~~l) desenvolver outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de coordenação. (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ~~

~~ÁREA CRIMINAL~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ

~~l) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Alto Araguaia. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 201/2020-CPJ~~

~~Art. 4º. Comarca de Água Boa: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~ÁREA CÍVEL~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~l) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Água Boa. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~ÁREA CRIMINAL~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~l) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Água Boa. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~Art. 5º. Comarca de Barra do Bugres: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Colégio de Procuradores de Justiça

~~ÁREA CÍVEL~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Barra do Bugres.~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível.~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~ÁREA CRIMINAL~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Barra do Bugres.~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal.~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~Art. 6º. Comarca de Campo Novo do Parecis:~~
~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ~~

~~ÁREA CÍVEL~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Campo Novo do Parecis.~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível.~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível e criminal. (Alterado pela Resolução nº 116/2015-CPJ)~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ~~

~~I.II) À defesa do ambiente em todo o território de abrangência da Bacia Hidrográfica do Alto Juruena, cuja sede ordinária situa-se em Campo Novo dos Parecis, compreendendo também as comarcas de Brasnorte, Comodoro, São José do Rio Claro, Sapezal; (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ~~

~~§1º. Em caso de danos ambientais cujos efeitos não~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~ultrapassem os limites de uma das Comarcas integrantes da Bacia Hidrográfica a atuação dependerá sempre, de prévia anuência do titular da Promotoria de Justiça Ambiental local. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~§2º. Na hipótese de danos ambientais de repercussão regional, assim considerados aqueles cujos impactos, diretos ou indiretos, afetem no todo ou em parte, o território de duas ou mais comarcas, a atuação será privativa, podendo, contudo, ser auxiliada pelas Promotorias de Justiça Ambientais que integram a Bacia Hidrográfica. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~§3º Caberá, ainda, à Promotoria de Justiça com atribuições referentes à Bacia Hidrográfica do Alto Juruena: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~A) instaurar e presidir inquéritos civis e procedimentos preparatórios, de ofício ou a requerimento de interessados, ou, ainda, por determinação do Procurador Geral de Justiça; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~B) promover diligências em toda a área de sua atribuição, podendo adotar medidas administrativas e firmar termos de compromisso de ajustamento de conduta bem como ajuizar ações cautelares preparatórias ou incidentais e ações de prevenção e reparação de danos ambientais, perante o juízo competente, acompanhando-as até o julgamento definitivo e interpondo os recursos cabíveis; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~C) officiar como "custos legis" nas ações em defesa do meio ambiente relacionadas às suas atribuições; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~D) expedir recomendações aos órgãos e às entidades públicas e privadas, visando à prevenção de condutas lesivas ao meio ambiente e à melhoria das atividades ligadas à sua área de atuação; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~E) instaurar Procedimentos Investigatórios Criminais, requisitar a instauração de Inquéritos Policiais e propor Ações Penais; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~F) estimular a participação da sociedade no processo de preservação e recuperação dos recursos ambientais; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~G) identificar no âmbito da bacia hidrográfica as prioridades na tutela do ambiente e buscar a integração entre as Promotorias de Justiça locais, órgãos públicos e entidades não governamentais visando implementar iniciativas conjuntas e coordenadas para melhor resolução dos problemas; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~H) apresentar à Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística relatórios anuais das atividades desenvolvidas. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~I) desenvolver outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de coordenação. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ-~~

~~§4º. Excepcionalmente, para aumentar a resolutividade da atuação na defesa ambiental, as atribuições expressas no item I.II, "e", e nos §§1º a 3º, poderão ser, transferidas para qualquer outra Promotoria integrante da Bacia Hidrográfica, mediante Portaria de designação do Procurador Geral de~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

Justiça, a partir de indicação, fundada em parecer técnico, da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental, ouvida a Corregedoria Geral do Ministério Público. ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~§5º. No caso de transferência de atribuições, nos termos do §4º, todos os feitos em andamento serão redistribuídos à Promotoria que, extraordinariamente, será sede de defesa ambiental da bacia hidrográfica, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~§6º. Cessada a designação de que tratam os §§ 4º e 5º, os feitos retornam às atribuições da Promotoria sede ordinária, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~ÁREA CRIMINAL~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Campo Novo do Parecis. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível e criminal. (Alterado pela Resolução nº 116/2015-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~Art. 7º. Comarca de Campo Verde: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~ÁREA CÍVEL~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Campo Verde. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~ÁREA CRIMINAL~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Campo Verde. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 204/2020-CPJ.~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 204/2020-CPJ-~~

~~Art. 8º. Comarca de Canarana: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-~~

~~ÁREA CRIMINAL REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Canarana. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos às áreas cível e criminal. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-~~

~~Art. 9º. Comarca de Chapada dos Guimarães: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 204/2020-CPJ-~~

~~ÁREA CÍVEL REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 204/2020-CPJ-~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Chapada dos Guimarães. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 204/2020-CPJ-~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 204/2020-CPJ-~~

~~ÁREA CRIMINAL REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 204/2020-CPJ-~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Chapada dos Guimarães. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 204/2020-CPJ-~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 204/2020-CPJ-~~

~~Art. 10. Comarca de Colíder: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~ÁREA CÍVEL~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Colíder.~~

REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível.~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ

~~ÁREA CRIMINAL~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Colíder.~~

REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal.~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ

~~Art. 11. Comarca de Comodoro:~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO

N° 205/2020-CPJ

~~ÁREA CRIMINAL~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de~~

~~Comodoro.~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos~~

~~afetos às áreas cível e criminal.~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ

~~ÁREA CÍVEL~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de~~

~~Comodoro.~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos~~

~~feitos afetos à área cível e criminal. (Acréscitado pela Resolução nº 116/2015-CPJ)~~

REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ

~~Art. 12. Comarca de Diamantino:~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO

N° 165/2019-CPJ

~~ÁREA CÍVEL~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~I) Composta pelas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Diamantino.~~

~~I.I) A 1ª Promotoria de Justiça possui atribuições judiciais e extrajudiciais na defesa dos direitos da criança e do adolescente e cidadania, nos feitos que tramitam perante a 1ª Vara Cível (*custos legis*) e Diretoria do Foro.~~

~~I.II) A 2ª Promotoria de Justiça possui atribuições judiciais e extrajudiciais na defesa do meio ambiente e do patrimônio público, nos feitos que tramitam perante as 2ª, 3ª e 4ª Varas Cíveis (*custos legis*) e Juizado Especial Cível.~~

~~I.I) A 1ª Promotoria de Justiça possui atribuições judiciais e extrajudiciais na defesa dos direitos da criança e do adolescente, cidadania, Diretoria do Foro e demais feitos cíveis em geral (*custos legis*).~~

~~I.II) A 2ª Promotoria de Justiça possui atribuições judiciais e extrajudiciais na defesa do meio ambiente, patrimônio público, Juizado Especial Cível e demais feitos cíveis em geral (*custos legis*). (Alterado pela Resolução 119/2016-CPJ)~~

ÁREA CRIMINAL

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Diamantino.~~

~~I.I) A 1ª Promotoria de Justiça possui atribuições para atuar nos feitos criminais e no Juizado Especial Criminal.~~

~~**Art. 13. Comarca de Jaciara:** REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 199/2000-CPJ~~

ÁREA CÍVEL REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 199/2000-CPJ

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Jaciara. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 199/2000-CPJ~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~afetos à área cível. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 199/2000-CPJ~~

~~ÁREA CRIMINAL REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 199/2000-CPJ~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Jaciara.~~

~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 199/2000-CPJ~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos~~

~~afetos à área criminal. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 199/2000-CPJ~~

~~Art. 14. Comarca de Juara: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº~~

~~205/2020-CPJ~~

~~ÁREA CÍVEL REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Juara.~~

~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos~~

~~afetos à área cível. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~ÁREA CRIMINAL REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Juara.~~

~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos~~

~~afetos à área criminal. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~Art. 15. Comarca de Juína: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº~~

~~465/2019-CPJ~~

~~ÁREA CÍVEL~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Juína.~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos~~

~~afetos à área cível.~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete officiar nos feitos afetos a: **(Alterado pela Resolução nº 139/2017-CPJ).**~~

~~a) área cível, à exceção dos atos infracionais; **(Acréscitado pela Resolução nº 139/2017-CPJ).**~~

~~b) crimes ambientais de competência do Juizado Especial Criminal. **(Acréscitado pela Resolução nº 139/2017-CPJ).**~~

~~c) defesa do ambiente em todo o território de abrangência da Bacia Hidrográfica do Aripuanã/Baixo Juruena, cuja sede ordinária situa-se em Juína, compreendendo também as comarcas de Apiacás, Aripuanã, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juruena, Nova Bandeirantes e Porto dos Gaúchos; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~§1º. Em caso de danos ambientais cujos efeitos não ultrapassem os limites de uma das Comarcas integrantes da Bacia Hidrográfica a atuação dependerá sempre, de prévia anuência do titular da Promotoria de Justiça Ambiental local. **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~§2º. Na hipótese de danos ambientais de repercussão regional, assim considerados aqueles cujos impactos, diretos ou indiretos, afetem no todo ou em parte, o território de duas ou mais comarcas, a atuação será privativa, podendo, contudo, ser auxiliada pelas Promotorias de Justiça Ambientais que integram a Bacia Hidrográfica. **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~§3º. Caberá, ainda, à Promotoria de Justiça com atribuições referentes à Bacia Hidrográfica do Aripuanã/Baixo Juruena: **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~A) instaurar e presidir inquéritos civis e procedimentos preparatórios, de ofício ou a requerimento de interessados, ou, ainda, por determinação do Procurador-Geral de Justiça; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~B) promover diligências em toda a área de sua atribuição, podendo adotar medidas administrativas e firmar termos de compromisso de ajustamento de conduta bem como ajuizar ações cautelares preparatórias ou incidentais e ações de prevenção e reparação de danos ambientais, perante o juízo competente, acompanhando-as até o julgamento definitivo e interpondo os recursos cabíveis; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~C) oficial como "custos legis" nas ações em defesa do meio ambiente relacionadas às suas atribuições; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~D) expedir recomendações aos órgãos e às entidades públicas e privadas, visando à prevenção de condutas lesivas ao meio ambiente e à melhoria das atividades ligadas à sua área de atuação; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~E) instaurar Procedimentos Investigatórios Criminais, requisitar a instauração de Inquéritos Policiais e propor Ações Penais; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~F) estimular a participação da sociedade no processo de preservação e recuperação dos recursos ambientais; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~G) identificar no âmbito da bacia hidrográfica as prioridades na tutela do ambiente e buscar a integração entre as Promotorias de Justiça locais, órgãos públicos e entidades não governamentais visando implementar iniciativas conjuntas e coordenadas para melhor resolução dos problemas; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~H) apresentar à Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística relatórios anuais das atividades desenvolvidas; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~I) desenvolver outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de coordenação. **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~§4º. Excepcionalmente, para aumentar a resolutividade da atuação na defesa ambiental, as atribuições expressas no item I.II, "e", e nos §§1º a 3º, poderão ser, transferidas para qualquer outra Promotoria integrante da Bacia Hidrográfica, mediante Portaria de designação do Procurador Geral de Justiça, a partir de indicação, fundada em parecer técnico, da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental, ouvida a Corregedoria Geral do Ministério Público. **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~§5º. No caso de transferência de atribuições, nos termos do §4º, todos os feitos em andamento serão redistribuídos à Promotoria que, extraordinariamente, será sede de defesa ambiental da bacia hidrográfica, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~§6º. Cessada a designação de que tratam os §§ 4º e 5º, os feitos retornam às atribuições da Promotoria sede ordinária, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça. **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete officiar nos feitos afetos a: **(Alterado pela Resolução nº 166/2019-CPJ).**~~

~~a) área cível, à exceção dos atos infracionais;~~

~~b) defesa do ambiente em todo o território de abrangência da Bacia Hidrográfica do Aripuanã/Baixo Juruena, cuja sede ordinária situa-se em Juína, compreendendo também as comarcas de Apiacás, Aripuanã, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juruena, Nova Bandeirantes e Porto dos Gaúchos;~~

~~§1º. Em caso de danos ambientais cujos efeitos não ultrapassem os limites de uma das Comarcas integrantes da Bacia Hidrográfica a atuação dependerá sempre, de prévia anuência do titular da Promotoria de Justiça Ambiental local. **(Alterado pela Resolução nº 166/2019-CPJ).**~~

~~§2º. Na hipótese de danos ambientais de repercussão regional, assim considerados aqueles cujos impactos, diretos ou indiretos, afetem no todo ou em parte, o território de duas ou mais comarcas, a atuação será privativa, podendo, contudo, ser auxiliada pelas Promotorias de Justiça Ambientais que integram a Bacia Hidrográfica. **(Alterado pela Resolução nº 166/2019-CPJ).**~~

~~§3º. Caberá, ainda, à Promotoria de Justiça com atribuições referentes à Bacia Hidrográfica do Aripuanã/Baixo Juruena: **(Alterado pela Resolução nº 166/2019-CPJ).**~~

~~A) instaurar e presidir inquéritos civis e procedimentos preparatórios, de ofício ou a requerimento de interessados, ou, ainda, por determinação do Procurador Geral de Justiça;~~

~~B) promover diligências em toda a área de sua atribuição, podendo adotar medidas administrativas e firmar termos de compromisso de ajustamento de conduta bem como ajuizar ações cautelares preparatórias ou incidentais e ações de prevenção e reparação de danos ambientais, perante o juízo competente, acompanhando-as até o julgamento definitivo e interpondo os recursos cabíveis;~~

~~C) officiar como "custos legis" nas ações em defesa do meio ambiente relacionadas às suas atribuições;~~

~~D) expedir recomendações aos órgãos e às entidades públicas e privadas, visando à prevenção de condutas lesivas ao meio ambiente e à melhoria das atividades ligadas à sua área de atuação;~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~E) instaurar Procedimentos Investigatórios Criminais, requisitar a instauração de Inquéritos Policiais e propor Ações Penais;~~

~~F) estimular a participação da sociedade no processo de preservação e recuperação dos recursos ambientais;~~

~~G) identificar no âmbito da bacia hidrográfica as prioridades na tutela do ambiente e buscar a integração entre as Promotorias de Justiça locais, órgãos públicos e entidades não governamentais visando implementar iniciativas conjuntas e coordenadas para melhor resolução dos problemas;~~

~~H) apresentar à Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística relatórios anuais das atividades desenvolvidas;~~

~~I) desenvolver outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de coordenação.~~

~~§4º. Excepcionalmente, para aumentar a resolutividade da atuação na defesa ambiental, as atribuições expressas no item I.II, “e”, e nos §§1º a 3º, poderão ser, transferidas para qualquer outra Promotoria integrante da Bacia Hidrográfica, mediante Portaria de designação do Procurador Geral de Justiça, a partir de indicação, fundada em parecer técnico, da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental, ouvida a Corregedoria Geral do Ministério Público. **(Alterado pela Resolução nº 166/2019-CPJ).**~~

~~§5º. No caso de transferência de atribuições, nos termos do §4º, todos os feitos em andamento serão redistribuídos à Promotoria que, extraordinariamente, será sede de defesa ambiental da bacia hidrográfica, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça; **(Alterado pela Resolução nº 166/2019-CPJ).**~~

~~§6º. Cessada a designação de que tratam os §§ 4º e 5º, os feitos retornam às atribuições da Promotoria sede ordinária, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça. **(Alterado pela Resolução nº 166/2019-CPJ).**~~

ÁREA CRIMINAL

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Juína.~~

~~I) Composta pelas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Juína. **(Alterado pela Resolução nº 139/2017-CPJ).**~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~afetos à área criminal.~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete officiar nos feitos afetos a: **(Alterado pela Resolução nº 139/2017-CPJ).**~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete officiar nas cartas precatórias criminais e atuar no exercício do controle externo da atividade policial, bem como nos feitos afetos a: **(Alterado pela Resolução nº 152/2018-CPJ).**~~

~~a) crimes dolosos contra a vida e conexos;
b) execução penal;
c) violência doméstica; e
c) tráfico ilícito de drogas e demais crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 e; **(Alterado pela Resolução nº 152/2018-CPJ).**~~

~~d) Juizado Especial Criminal. **(Acréscitados pela Resolução nº 139/2017-CPJ).**~~

~~d) infrações penais de menor potencial ofensivo. **(Alterado pela Resolução nº 152/2018-CPJ).**~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete officiar nas cartas precatórias criminais e atuar no exercício do controle externo da atividade policial, bem como nos feitos afetos a: **(Alterado pela Resolução nº 166/2019-CPJ).**~~

~~a) crimes dolosos contra a vida e conexos;
b) execução penal;
c) tráfico ilícito de drogas e demais crimes previstos na Lei nº 11.343/2006; e~~

~~d) Juizado Especial Criminal~~

~~I.II) À 2ª Promotoria de Justiça compete officiar nos feitos afetos a: **(Acréscitado pela Resolução nº 139/2017-CPJ).**~~

~~a) todos os demais crimes não relacionados à atribuição da 1ª Promotoria; e~~

~~a) todos os demais crimes que não estejam inseridos nas atribuições da 1ª Promotoria; e **(Alterado pela Resolução nº 152/2018-CPJ).**~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~b) atos infracionais. (Acréscitados pela Resolução nº 139/2017-CPJ).~~

~~Art. 16. Comarca de Lucas do Rio Verde: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 165/2019-CPJ~~

~~ÁREA CÍVEL~~

~~I) Composta pelas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Lucas do Rio Verde.~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos em trâmite junto às 1ª e 2ª Varas e nos feitos extrajudiciais afetos a infância e juventude e patrimônio público.~~

~~I.II) À 2ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos em trâmite junto às 3ª e 6ª Varas e nos feitos extrajudiciais afetos a cidadania e meio ambiente.~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar: nos feitos judiciais e extrajudiciais na defesa dos direitos da criança e do adolescente; patrimônio público e fundações; assim como nos feitos cíveis em geral (*custos legis*) que tramitam perante as 1ª e 2ª Varas de Lucas do Rio Verde. (Alterado pela Resolução 123/2016-CPJ)~~

~~I.II) À 2ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos judiciais e extrajudiciais na defesa do meio ambiente e cidadania; assim como nos feitos cíveis em geral (*custos legis*) que tramitam perante as 3ª e 6ª Varas, Juizado Especial Cível e Diretoria do Foro de Lucas do Rio Verde. (Alterado pela Resolução 123/2016-CPJ)~~

~~ÁREA CRIMINAL~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Lucas do Rio Verde.~~

~~I) Composta pelas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Lucas do Rio Verde. (Alterado pela Resolução 139/2017-CPJ)~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal.~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete officiar nos feitos afetos a:~~ **(Alterado pela Resolução 139/2017-CPJ)**

- ~~a) execução penal;~~
- ~~b) Juizado Especial Criminal; e~~
- ~~c) seara criminal em geral, com numeração par.~~

~~I.II) À 2ª Promotoria de Justiça compete officiar nos feitos afetos a:~~

- ~~a) crimes dolosos contra a vida e conexos;~~
- ~~b) controle externo da atividade policial; e~~
- ~~c) seara criminal em geral, com numeração ímpar.~~

(Acrescentados pela Resolução 139/2017-CPJ)

~~**Art. 17.** Comarca de **Mirassol D'Oeste:**~~ **REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-**

~~**ÁREA CÍVEL**~~ **REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-**

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Mirassol D'Oeste.~~ **REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-**

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível.~~ **REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-**

~~**ÁREA CRIMINAL**~~ **REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-**

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Mirassol D'Oeste.~~ **REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-**

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal.~~ **REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 205/2020-CPJ-**

~~**Art. 18.** Comarca de **Nova Mutum:**~~ **REVOGADO PELA RESOLUÇÃO N° 165/2019-CPJ**



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

ÁREA CÍVEL

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Nova Mutum.~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível.~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível em geral, exceto nos referentes a atos infracionais. (**Alterado pela Resolução nº 139/2017**).~~

ÁREA CRIMINAL

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Nova Mutum.~~

~~I) Composta pelas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Nova Mutum. (**Alterado pela Resolução nº 139/2017**).~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal.~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete officiar nos feitos afetos à seara criminal em geral. (**Alterado pela Resolução nº 139/2017**).~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete officiar: (**Alterado pela Resolução nº 170/2019**)~~

~~a) nos feitos relacionados às Leis n. 9.099/95 e 11.340/2006;~~

~~b) nos processos executivos de pena; e
c) nos feitos criminais gerais;~~

~~I.II) À 2ª Promotoria de Justiça compete officiar nos feitos afetos a: (**Acréscitado pela Resolução nº 139/2017**).~~

~~a) crimes dolosos contra a vida e conexos;~~

~~b) crimes contra o patrimônio;~~

~~c) controle externo da atividade policial; e~~

~~d) atos infracionais. (**Acréscitado pela Resolução nº 139/2017**).~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~I.II) À 2ª Promotoria de Justiça compete officiar: (Alterado pela Resolução nº 170/2019)~~

- ~~a) nos feitos relacionados à Lei 11.343/2006;~~
~~b) nos feitos relacionados aos crimes dolosos contra vida e conexos;~~
~~c) nos feitos relacionados aos crimes contra o patrimônio;~~
~~d) no controle externo da atividade policial;~~
~~e) nos feitos envolvendo a prática de atos infracionais;~~

~~Art. 19. Comarca de Nova Xavantina: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~ÁREA CÍVEL REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Nova Xavantina. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I.II) À Promotoria de Justiça Especializada da Bacia Hidrográfica do Médio Araguaia, com sede em Nova Xavantina, que compreende as comarcas de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Nova Xavantina, Querência e Ribeirão Cascalheira, compete, concorrentemente com as Promotorias de Justiça ambientais integrantes de cada região, adotar medidas legais, judiciais e extrajudiciais, visando à efetiva tutela ambiental no âmbito de abrangência das respectivas bacias hidrográficas, além de: (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ). REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~a) atuar de maneira concorrente com a Promotoria competente ou disjuntiva nos casos de impactos ambientais de repercussão regional, assim definidos como qualquer impacto que afete diretamente, no todo ou em parte, o território de duas ou mais comarcas ou Unidade de Conservação de domínio do Estado; (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ). REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~b) instaurar e presidir inquéritos inquéritos civis e procedimentos preparatórios, de ofício ou a requerimento de interessados, ou, ainda, por determinação do Procurador-Geral de Justiça, nas causas afetas às suas atribuições; (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ). REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~c) promover diligências em toda a área de sua atribuição, podendo adotar medidas administrativas e firmar termos de compromisso de ajustamento de conduta com os autores de infrações ambientais, ajuizar medidas ou ações cautelares preparatórias ou incidentais e ações de reparação ou indenização de danos ambientais nas causas afetas as suas atribuições, perante o Juízo que tenham competência para processar e julgar o feito, acompanhando-as até o julgamento e interpondo os recursos cabíveis em segunda instância;~~ **(Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ).** ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~d) requisitar e acompanhar procedimentos administrativos e policiais visando à apuração de crimes ambientais ligados às matérias afetas as suas atribuições, inclusive perante os Juizados Especiais;~~ **(Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ).** ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~e) officiar como fiscal da execução da lei nas medidas judiciais em defesa do meio ambiente nas causas afetas às suas atribuições, sempre que tais ações não tenham sido propostas pelo Ministério Público Estadual;~~ **(Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ).** ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~f) expedir recomendações a órgãos e a entidades públicas e privadas, com vista à prevenção de condutas lesivas ao meio ambiente e à melhoria das atividades ligadas à sua área de atuação;~~ **(Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ).** ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~g) promover a integração da sociedade local no processo de preservação e recuperação dos recursos ambientais;~~ ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~h) identificar as prioridades específicas na respectiva bacia hidrográfica para atuação integrada e intercâmbio com os órgãos públicos e entidades não governamentais;~~ **(Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ).** ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~i) fomentar a integração dos órgãos públicos e entidades não governamentais com atuação na área ambiental, estimulando-os a participarem dos trabalhos realizados pelo Ministério Público;~~ **(Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ).** ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~j) promover a efetiva mobilização dos órgãos de execução que atuam na respectiva bacia hidrográfica, objetivando uma atuação conjunta, uniforme e coordenada;~~ **(Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ).** ~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~k) apresentar à Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística relatórios anuais das atividades desenvolvidas; e (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ). REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~l) desenvolver outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de coordenação. (Acrescentado pela Resolução nº 128/2017-CPJ). REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~I.II) À defesa do ambiente em todo o território de abrangência da Bacia Hidrográfica do Médio Araguaia, cuja sede ordinária situa-se em Nova Xavantina, compreendendo também as comarcas de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Querência e Ribeirão Cascalheira; (Alterado pela Resolução nº 157/2018-CPJ). REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~§1º. Em caso de danos ambientais cujos efeitos não ultrapassem os limites de uma das Comarcas integrantes da Bacia Hidrográfica a atuação dependerá sempre, de prévia anuência do titular da Promotoria de Justiça Ambiental local. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~§2º. Na hipótese de danos ambientais de repercussão regional, assim considerados aqueles cujos impactos, diretos ou indiretos, afetem no todo ou em parte, o território de duas ou mais comarcas, a atuação será privativa, podendo, contudo, ser auxiliada pelas Promotorias de Justiça Ambientais que integram a Bacia Hidrográfica. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~§3º. Caberá, ainda, à Promotoria de Justiça com atribuições referentes à Bacia Hidrográfica do Médio Araguaia: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~A) instaurar e presidir inquéritos civis e procedimentos preparatórios, de ofício ou a requerimento de interessados, ou, ainda, por determinação do Procurador Geral de Justiça; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~B) promover diligências em toda a área de sua atribuição, podendo adotar medidas administrativas e firmar termos de compromisso de ajustamento de conduta bem como ajuizar ações cautelares preparatórias ou incidentais e ações de prevenção e reparação de danos ambientais, perante o juízo competente, acompanhando-as até o julgamento definitivo e interpondo os recursos cabíveis; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~C) officiar como "custos legis" nas ações em defesa do meio ambiente relacionadas às suas atribuições; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~D) expedir recomendações aos órgãos e às entidades públicas e privadas, visando à prevenção de condutas lesivas ao meio ambiente e à melhoria das atividades ligadas à sua área de atuação; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~E) instaurar Procedimentos Investigatórios Criminais, requisitar a instauração de Inquéritos Policiais e propor Ações Penais; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~F) estimular a participação da sociedade no processo de preservação e recuperação dos recursos ambientais; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~G) identificar no âmbito da bacia hidrográfica as prioridades na tutela do ambiente e buscar a integração entre as Promotorias de Justiça locais, órgãos públicos e entidades não governamentais visando implementar iniciativas conjuntas e coordenadas para melhor resolução dos problemas; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~H) apresentar à Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística relatórios anuais das atividades desenvolvidas. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I) desenvolver outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de coordenação. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~§4º. Excepcionalmente, para aumentar a resolutividade da atuação na defesa ambiental, as atribuições expressas no item I.II, “e”, e nos §§1º a 3º, poderão ser, transferidas para qualquer outra Promotoria integrante da Bacia Hidrográfica, mediante Portaria de designação do Procurador Geral de Justiça, a partir de indicação, fundada em parecer técnico, da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental, ouvida a Corregedoria Geral do Ministério Público. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~§5º. No caso de transferência de atribuições, nos termos do §4º, todos os feitos em andamento serão redistribuídos à Promotoria que, extraordinariamente, será sede de defesa ambiental da bacia hidrográfica, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~§6º. Cessada a designação de que tratam os §§ 4º e 5º, os feitos retornam às atribuições da Promotoria sede ordinária, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~ÁREA CRIMINAL REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Nova Xavantina. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~Art. 20. Comarca de Paranatinga: REVOGADO PELA~~

~~RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~ÁREA CÍVEL~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Paranatinga.~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível.~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~I.II) À compete 1ª Promotoria de Justiça defesa do ambiente em todo o território de abrangência da Bacia Hidrográfica do Xingu Sul, cuja sede ordinária situa-se em Paranatinga, compreendendo também as comarcas de Feliz Natal e Nova Ubiratã; (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~§1º. Em caso de danos ambientais cujos efeitos não ultrapassem os limites de uma das Comarcas integrantes da Bacia Hidrográfica a atuação dependerá sempre, de prévia anuência do titular da Promotoria de Justiça Ambiental local. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~§2º. Na hipótese de danos ambientais de repercussão regional, assim considerados aqueles cujos impactos, diretos ou indiretos, afetem no todo ou em parte, o território de duas ou mais comarcas, a atuação será privativa, podendo, contudo, ser auxiliada pelas Promotorias de Justiça Ambientais que integram a Bacia Hidrográfica. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~§3º. Caberá, ainda, à Promotoria de Justiça com atribuições referentes à Bacia Hidrográfica do Alto Juruena: (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~A) instaurar e presidir inquéritos civis e procedimentos preparatórios, de ofício ou a requerimento de interessados, ou, ainda, por determinação do Procurador Geral de Justiça;~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~B) promover diligências em toda a área de sua atribuição, podendo adotar medidas administrativas e firmar termos de compromisso de ajustamento de conduta bem como ajuizar ações cautelares preparatórias ou incidentais e ações de prevenção e reparação de danos ambientais, perante o juízo competente, acompanhando-as até o julgamento definitivo e interpondo os recursos cabíveis;~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~C) officiar como "custos legis" nas ações em defesa do meio ambiente relacionadas às suas atribuições;~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~D) expedir recomendações aos órgãos e às entidades públicas e privadas, visando à prevenção de condutas lesivas ao meio ambiente e à melhoria das atividades ligadas à sua área de atuação;~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ

~~E) instaurar Procedimentos Investigatórios Criminais, requisitar a instauração de Inquéritos Policiais e propor Ações Penais;~~ REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~F) estimular a participação da sociedade no processo de preservação e recuperação dos recursos ambientais; - REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~G) identificar no âmbito da bacia hidrográfica as prioridades na tutela do ambiente e buscar a integração entre as Promotorias de Justiça locais, órgãos públicos e entidades não governamentais visando implementar iniciativas conjuntas e coordenadas para melhor resolução dos problemas; - REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~H) apresentar à Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística relatórios anuais das atividades desenvolvidas. - REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I) desenvolver outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de coordenação. - REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~§4º. Excepcionalmente, para aumentar a resolutividade da atuação na defesa ambiental, as atribuições expressas no item I.II, “e”, e nos §§1º a 3º, poderão ser, transferidas para qualquer outra Promotoria integrante da Bacia Hidrográfica, mediante Portaria de designação do Procurador Geral de Justiça, a partir de indicação, fundada em parecer técnico, da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental, ouvida a Corregedoria Geral do Ministério Público. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ) - REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~§5º. No caso de transferência de atribuições, nos termos do §4º, todos os feitos em andamento serão redistribuídos à Promotoria que, extraordinariamente, será sede de defesa ambiental da bacia hidrográfica, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça; (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ) - REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~§6º. Cessada a designação de que tratam os §§ 4º e 5º, os feitos retornam às atribuições da Promotoria sede ordinária, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ) - REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~ÁREA CRIMINAL - REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Paranatinga. - REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal. - REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~Art. 21. Comarca de Peixoto de Azevedo: - REVOGADO PELA~~

~~RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~ÁREA CÍVEL - REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Peixoto de Azevedo. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~I.II) À defesa do ambiente em todo o território de abrangência da Bacia Hidrográfica do Xingu Oeste, cuja sede ordinária situa-se em Peixoto de Azevedo, compreendendo também as comarcas de Cláudia, Marcelândia e Matupá; (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~§1º. Em caso de danos ambientais cujos efeitos não ultrapassem os limites de uma das Comarcas integrantes da Bacia Hidrográfica a atuação dependerá sempre, de prévia anuência do titular da Promotoria de Justiça Ambiental local. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~§2º. Na hipótese de danos ambientais de repercussão regional, assim considerados aqueles cujos impactos, diretos ou indiretos, afetem no todo ou em parte, o território de duas ou mais comarcas, a atuação será privativa, podendo, contudo, ser auxiliada pelas Promotorias de Justiça Ambientais que integram a Bacia Hidrográfica. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~§3º. Caberá, ainda, à Promotoria de Justiça com atribuições referentes à Bacia Hidrográfica do Xingu Oeste: (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~A) instaurar e presidir inquéritos civis e procedimentos preparatórios, de ofício ou a requerimento de interessados, ou, ainda, por determinação do Procurador Geral de Justiça; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~B) promover diligências em toda a área de sua atribuição, podendo adotar medidas administrativas e firmar termos de compromisso de ajustamento de conduta bem como ajuizar ações cautelares preparatórias ou incidentais e ações de prevenção e reparação de danos ambientais, perante o juízo competente, acompanhando-as até o julgamento definitivo e interpondo os recursos cabíveis; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~C) officiar como "custos legis" nas ações em defesa do meio ambiente relacionadas às suas atribuições; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~D) expedir recomendações aos órgãos e às entidades públicas e privadas, visando à prevenção de condutas lesivas ao meio ambiente e à melhoria das atividades ligadas à sua área de atuação; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~E) instaurar Procedimentos Investigatórios Criminais, requisitar a instauração de Inquéritos Policiais e propor Ações Penais; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~

~~F) estimular a participação da sociedade no processo de preservação e recuperação dos recursos ambientais; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ.~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~G) identificar no âmbito da bacia hidrográfica as prioridades na tutela do ambiente e buscar a integração entre as Promotorias de Justiça locais, órgãos públicos e entidades não governamentais visando implementar iniciativas conjuntas e coordenadas para melhor resolução dos problemas; REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~H) apresentar à Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística relatórios anuais das atividades desenvolvidas. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I) desenvolver outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de coordenação. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~§4º. Excepcionalmente, para aumentar a resolutividade da atuação na defesa ambiental, as atribuições expressas no item I.II, “e”, e nos §§1º a 3º, poderão ser, transferidas para qualquer outra Promotoria integrante da Bacia Hidrográfica, mediante Portaria de designação do Procurador Geral de Justiça, a partir de indicação, fundada em parecer técnico, da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental, ouvida a Corregedoria-Geral do Ministério Público. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~§5º. No caso de transferência de atribuições, nos termos do §4º, todos os feitos em andamento serão redistribuídos à Promotoria que, extraordinariamente, será sede de defesa ambiental da bacia hidrográfica, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça; (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~§6º. Cessada a designação de que tratam os §§ 4º e 5º, os feitos retornam às atribuições da Promotoria sede ordinária, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~ÁREA CRIMINAL REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Peixoto de Azevedo. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal. REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~Art. 22. Comarca de Pontes e Lacerda: REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 165/2019-CPJ~~

~~ÁREA CÍVEL~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Pontes e~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

Lacerda.

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível.~~

~~ÁREA CRIMINAL~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Pontes e Lacerda.~~

~~I) Composta pelas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Pontes e Lacerda. (Alterado pela Resolução nº 139/2017-CPJ)~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal.~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete officiar nos feitos afetos a: (Alterado pela Resolução nº 139/2017-CPJ)~~

~~a) seara criminal em geral, exceto os de atribuição da 2ª Promotoria de Justiça Criminal;~~

~~b) controle externo da atividade policial;~~

~~c) cartas precatórias (exceto Juizado Especial Criminal);~~

~~(Acréscimos pela Resolução nº 139/2017-CPJ)~~

~~d) À defesa do ambiente em todo o território de abrangência da Bacia Hidrográfica do Guaporé, cuja sede ordinária situa-se em Pontes e Lacerda, compreendendo também a comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~

~~§1º. Em caso de danos ambientais cujos efeitos não ultrapassem os limites de uma das Comarcas integrantes da Bacia Hidrográfica a atuação dependerá sempre, de prévia anuência do titular da Promotoria de Justiça Ambiental local. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~

~~§2º. Na hipótese de danos ambientais de repercussão regional, assim considerados aqueles cujos impactos, diretos ou indiretos, afetem no~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~todo ou em parte, o território de duas ou mais comarcas, a atuação será privativa, podendo, contudo, ser auxiliada pelas Promotorias de Justiça Ambientais que integram a Bacia Hidrográfica. **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~§3º Caberá, ainda, à Promotoria de Justiça com atribuições referentes à Bacia Hidrográfica do Guaporé: **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~A) instaurar e presidir inquéritos civis e procedimentos preparatórios, de ofício ou a requerimento de interessados, ou, ainda, por determinação do Procurador Geral de Justiça; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~B) promover diligências em toda a área de sua atribuição, podendo adotar medidas administrativas e firmar termos de compromisso de ajustamento de conduta bem como ajuizar ações cautelares preparatórias ou incidentais e ações de prevenção e reparação de danos ambientais, perante o juízo competente, acompanhando-as até o julgamento definitivo e interpondo os recursos cabíveis; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~C) officiar como "custos legis" nas ações em defesa do meio ambiente relacionadas às suas atribuições; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~D) expedir recomendações aos órgãos e às entidades públicas e privadas, visando à prevenção de condutas lesivas ao meio ambiente e à melhoria das atividades ligadas à sua área de atuação; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~

~~E) instaurar Procedimentos Investigatórios Criminais, requisitar a instauração de Inquéritos Policiais e propor Ações Penais; **(Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)**~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~F) estimular a participação da sociedade no processo de preservação e recuperação dos recursos ambientais; (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~

~~G) identificar no âmbito da bacia hidrográfica as prioridades na tutela do ambiente e buscar a integração entre as Promotorias de Justiça locais, órgãos públicos e entidades não governamentais visando implementar iniciativas conjuntas e coordenadas para melhor resolução dos problemas; (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~

~~H) apresentar à Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística relatórios anuais das atividades desenvolvidas; (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~

~~I) desenvolver outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de coordenação. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~

~~§4º. Excepcionalmente, para aumentar a resolutividade da atuação na defesa ambiental, as atribuições expressas no item I.II, “e”, e nos §§1º a 3º, poderão ser, transferidas para qualquer outra Promotoria integrante da Bacia Hidrográfica, mediante Portaria de designação do Procurador Geral de Justiça, a partir de indicação, fundada em parecer técnico, da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental, ouvida a Corregedoria-Geral do Ministério Público. (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~

~~§5º. No caso de transferência de atribuições, nos termos do §4º, todos os feitos em andamento serão redistribuídos à Promotoria que, extraordinariamente, será sede de defesa ambiental da bacia hidrográfica, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça; (Incluído pela Resolução nº 157/2018-CPJ)~~

~~§6º. Cessada a designação de que tratam os §§ 4º e 5º, os feitos retornam às atribuições da Promotoria sede ordinária, salvo disposição em sentido diverso na Portaria da Procuradoria Geral de Justiça. (Incluído pela Resolução~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Colégio de Procuradores de Justiça

nº 157/2018-CPJ)

~~I.II) À 2ª Promotoria de Justiça compete officiar nos feitos afetos a: (**Acréscitado pela Resolução nº 139/2017-CPJ**)~~

- ~~a) crimes dolosos contra a vida e conexos;~~
- ~~b) execução penal;~~
- ~~c) violência doméstica;~~
- ~~d) Estatuto do Desarmamento;~~
- ~~e) Juizado Especial Criminal; e~~
- ~~f) crimes ambientais. (**Acréscitados pela Resolução nº 139/2017-CPJ**)~~

~~**Art. 22-A** Comarca de **Porto Alegre do Norte:**
(**Acréscitado pela Resolução nº 139/2017-CPJ**) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~**ÁREA CÍVEL** REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Porto Alegre do Norte. (**Acréscitado pela Resolução nº 139/2017-CPJ**) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos às áreas cível e criminal. (**Acréscitado pela Resolução nº 139/2017-CPJ**) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~**ÁREA CRIMINAL** REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Porto Alegre do Norte. (**Acréscitado pela Resolução nº 139/2017-CPJ**) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~I.I) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos às áreas cível e criminal. (**Acréscitado pela Resolução nº 139/2017-CPJ**) REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~**Art. 23.** Comarca de **Poxoréu:** REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~

~~**ÁREA CÍVEL** REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Poxoréu.~~
~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área cível.~~
~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~**ÁREA CRIMINAL**~~
~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de Poxoréu.~~
~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos à área criminal.~~
~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~**Art. 24.** Comarca de **São José do Rio Claro:**~~
~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~**ÁREA CRIMINAL**~~
~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I) Composta pela 1ª Promotoria de Justiça de São José do Rio Claro.~~
~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~I.1) À 1ª Promotoria de Justiça compete atuar nos feitos afetos às áreas cível e criminal.~~
~~REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 205/2020-CPJ-~~

~~**Art. 25.** As substituições nas comarcas em que houver apenas um Promotor de Justiça serão feitas pelo titular da comarca mais próxima. Em se tratando de comarca mais próxima, com mais de um membro, a substituição se dará na forma de rodízio.~~

~~**Art. 26.** Nas Promotorias de Justiça com até dois Promotores de Justiça, o titular da Promotoria Cível substituirá o da criminal e vice-versa.~~

~~**Art. 27.** Nas comarcas em que houver três Promotores de Justiça a substituição iniciará com o titular da 1ª Promotoria de Justiça Criminal substituindo o da 1ª Promotoria de Justiça Cível, este substituirá o da 2ª~~



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça

~~Promotoria de Justiça Cível, o qual substituirá o da 1ª Promotoria de Justiça Criminal.~~

~~Art. 27. Nas Comarcas em que houver três Promotores de Justiça, a substituição seguirá os seguintes critérios: **(Nova redação dada pela Resolução nº 163/2019-CPJ)**~~

~~I. Sendo 02 (dois) cíveis e 01 (um) criminal, a substituição iniciará com o titular da 1ª Promotoria de Justiça Criminal substituindo o da 1ª Promotoria de Justiça Cível, que substituirá o da 2ª Promotoria de Justiça Cível, o qual substituirá o da 1ª Promotoria de Justiça Criminal;~~

~~II. Sendo 02 (dois) criminais e 01 (um) cível, a substituição iniciará com o titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível substituindo o da 1ª Promotoria de Justiça Criminal, que substituirá o da 2ª Promotoria de Justiça Criminal, o qual substituirá o da 1ª Promotoria de Justiça Cível.~~

~~**Art. 28.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se Resoluções nºs 29/2008-CPJ, 30/2008-CPJ e suas alterações.~~

~~Guiabá/MT, 06 de março de 2015.~~

~~**PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO**
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ~~

~~**FLÁVIO CEZAR FACHONE**
Procurador de Justiça
Secretário do CPJ~~